

Panorama geral da realidade Brasileira

GERALDO NOBRE (*)

Sob o efeito de pressões constantes, exercidas por grupos de interesses os mais diversos, acentuou-se, nos últimos anos, em todos os países, a mudança de mentalidade com referência às concepções políticas e administrativas. A contribuição do Estado para o bem comum passou a ser em termos, principalmente, de execução de planos, com maior ou menor eficiência, dependendo da viabilidade, ou adequação à realidade.

Um outro aspecto significativo da mudança que se está operando, em harmonia com os esforços para o desenvolvimento, consistindo na capacitação das pessoas em geral para uma participação efetiva em todas as decisões governamentais, implica em que o conhecimento da realidade é indispensável aos governados, tanto quanto aos governantes. Somente assim, o debate em torno dos problemas e assuntos de interesse coletivo poderá caracterizar-se pela objetividade, escapando à sedução de “modelos” abstratos e revestidos, sempre, de grande carga emocional, em prejuízo da racionalidade.

O principal obstáculo a vencer, na compreensão da realidade, é que ela abrange inúmeros aspectos, nela integrados de maneira a não se dissociarem, conquanto, para seu estudo, se tente fazê-lo, considerando uma ordem de fatos específicos. Ademais, existem as implicações de tempo e espaço, que, por si sós, apresentam grande complexidade; assim como, além de outras, as de quantidade e qualidade, de extensidade e intensidade, de estática e dinâmica e de integração e diferenciação.

Todos os problemas envolvem relações sob muitos aspectos e ocorrendo em um grupo humano, com características próprias, con-

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

figuram a realidade. Esta não é somente circunstancial, pois as sociedades são essencialmente dinâmicas, visto como jamais esgotam, ou simplesmente exploram, suas possibilidades.

A conjuntura é a realidade atual, em um momento qualquer, conquanto em sentido restrito, porque admitido um estado de repouso, teoricamente concebível mas inatingível, à vista do dinamismo vital dos agrupamentos humanos. A complexidade inerente ao contexto social determina, porém, o fenômeno de estratificação, ou persistência de certas formas de ser e maneiras de agir.

A potencialidade é o pressuposto de uma realidade futura, impondo-se à consideração de autoridades e estudiosos sempre que se pense em termos de soluções para os problemas conjunturais e, por isso, constitui um aspecto complementar no estudo da conjuntura, mas, igualmente, essencial.

O panorama geral da realidade brasileira, não podendo ser analisado devidamente apenas sob um dos aspectos conjuntural e potencial, torna-se compreensível pela apreciação dos pontos seguintes:

- I – Características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional;
- II – o homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide estária; situação demográfica;
- III – as instituições sociais, políticas e econômicas;
- IV – O comportamento social: estratificação, mobilidade e adaptação social; ação comunitária; ética individual, profissional e social.

Devem ser considerados, por conseguinte, os múltiplos e diversos fatores que configuram a realidade e prenunciam modificações a serem feitas precisamente onde existem situações problemáticas, limitativas do progresso e do bem-estar.

Referidos fatores agrupam-se em duas grandes categorias, relacionadas uma com o meio natural e a outra com o homem e a cultura, ou estágio do progresso do agrupamento humano em estudo.

1.I – Características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional

Apesar da polêmica em torno do conceito de Geopolítica em que se envolveram muitos estudiosos, é aceitável a definição pro-

posta, em seu livro “Lehrbuch der Geopolitik”, pelo professor da Universidade de Düsseldorf, Richard Hennig. Segundo esse geógrafo alemão, influenciado pelas idéias de Ratzel, “...o estudo da intervenção dos fatores geográficos, na acepção mais ampla do termo, nos acontecimentos políticos dos povos e dos Estados...” constitui a Geopolítica.

Ratzel havia considerado o Estado um “organismo natural” imperfeito, com leis de desenvolvimento próprias, ditadas pela conformação do solo e situação do território, e admitindo como elementos geográficos da sociedade política a localização, o espaço e a fronteira.

A concepção ratzeliana, aparentemente simplista, admite, não obstante, a redução ao termo único espaço, em consonância com as idéias que prevaleceram, inicialmente, nos estudos geopolíticos e que sofreram desvirtuamento com intuítos políticos.

O espaço tem características de quantidade e qualidade, sendo as primeiras as de área, com os aspectos de limitação, continuidade e contiguidade; e as segundas as de composição geológica, clima, complexo biológico e, principalmente, natureza físico-química, ou seja, caracterização como espaço terrestre, marítimo ou aéreo.

Todas as características mencionadas podem ser examinadas em sentido absoluto, como essência, e relativo, como elemento de um conjunto ou, em linguagem propriamente geográfica, de uma paisagem.

Ademais, fazem parte de uma totalidade mundial, não somente em termos físicos mas igualmente humanos, sendo o homem o elemento que, por sua mobilidade, constitui o principal fator de integração a considerar na Geografia.

O estudo dos elementos geográficos comporta, conseqüentemente, abordagens de três tipos diversos, que são:

1.º – a dos entes físicos e humanos, com suas características essenciais, devidamente localizados;

2.º – a das paisagens, ou conjuntos relativamente homogêneos de entes físicos e humanos;

3.º – a da totalidade, caracterizada pelas relações de um conjunto com os demais, em termos precipuamente humanos.

Esta última abordagem corresponde à Geopolítica, em que o aspecto fundamental é o da existência do Estado, com vida administrativa, cultural e econômica organizada em função de um grau de soberania efetiva, que depende das condições de segurança, ou capacidade de resistir a influências, pressões e agressões externas.